

HENRIQUE BARRETO NUNES

Vice-presidente do Conselho Cultural da Universidade do Minho.

Licenciado em História e diplomado com o Curso de Bibliotecário-Arquivista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Como director da Biblioteca Pública de Braga foi o principal interlocutor do Doutor Victor de Sá no processo de doação da sua documentação pessoal àquela instituição, tendo colaborado no projecto de criação do Prémio de História Contemporânea.

Organizou a publicação de 2 livros com textos inéditos e dispersos de Victor de Sá e escreveu uma sua biografia breve.

JOSÉ VIRIATO CAPELA

Professor Catedrático da Universidade do Minho, onde integra o Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais. Investigador do CITCEM. Presidente da Comissão Executiva do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea desde 2003. Presidiu ao Júri do Prémio em várias das suas edições.



MUNDO CONTINUARÁ A GIRAR

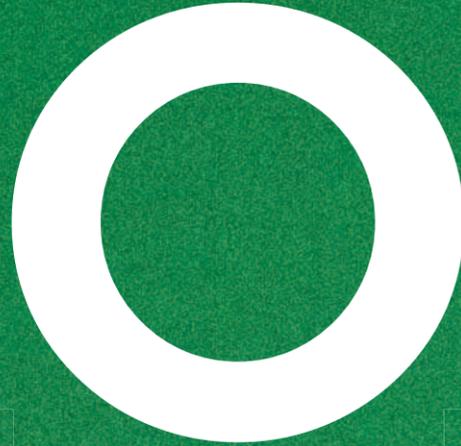


Portugal e o Plano Marshall
Crise Académica
Salazar e Pétain
Luso-Tropicalismo e Ideologia Colonial
Crime e Sociedade
Salazarismo e Cultura Popular
Aventura Surrealista
Salazar e as Forças Armadas
Revolução, Cidadania, Guarda Nacional
Portugal e a Santa Sé
Jaime Cortesão
Assembleia Nacional
Leitura Pública
Viagens e Exposições
Representações Raciais
Divórcio
Jesuítas
Comunismo e Nacionalismo
Angola. Os Brancos e a Independência
Pimenta de Castro
Maoísmo



Prémio Victor de Sá
de História Contemporânea

O MUNDO CONTINUARÁ A GIRAR



MUNDO CONTINUARÁ A GIRAR

Prémio
Victor de Sá
de História Contemporânea
20 ANOS
(1992-2011)
Organização
Henrique Barreto Nunes
José Viriato Capela

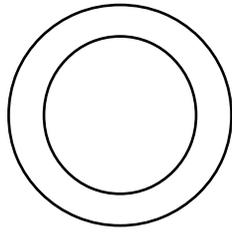




Universidade do Minho
Centro Cultural



CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA



MUNDO
CONTINUARÁ
A GIRAR

FICHA TÉCNICA

Título: O Mundo Continuará a Girar. Prémio Victor de Sá de História Contemporânea, 20 anos (1992-2011)

Organização: Henrique Barreto Nunes, José Viriato Capela

Edição: Conselho Cultural da Universidade do Minho,
Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

Capa: Miguel Rodrigues

Concepção gráfica: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.

ISBN: 978-989-97558-2-6

Depósito Legal: 337493/11/11

Braga, Dezembro 2011



MUNDO CONTINUARÁ A GIRAR

**Prémio
Victor de Sá
de História Contemporânea
20 ANOS
(1992-2011)**

Organização
Henrique Barreto Nunes
José Viriato Capela



SUMÁRIO

11 APRESENTAÇÃO

Henrique Barreto Nunes, José Viriato Capela

17 MEMÓRIA

Memória sobre o Prémio de História Contemporânea, por *Victor de Sá* com notas de *Henrique Barreto Nunes*

27 HISTORIOGRAFIA

Tendências da historiografia portuguesa contemporânea. Breve radiografia a partir dos trabalhos concorrentes ao Prémio Victor de Sá de História Contemporânea (1992-2011), por *José Viriato Capela*

43 TRABALHOS

Júris, trabalhos concorrentes e resultados do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea (1992-2011)

INTERVENÇÕES

85 *Victor de Sá*

Intervenção na primeira entrega do Prémio

89 *Fernanda Rollo*

Portugal e o *Plano Marshall*

95 *Álvaro Garrido*

O movimento associativo estudantil nos inícios de sessenta - a crise académica de Coimbra de 1962

103 *Helena Pinto Janeiro*

Salazar e Pétain, contributo para o estudo das relações luso-francesas durante a II Guerra Mundial (1940-1944)

- 111 *Cláudia Castelo*
O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)
- 117 *Daniel Melo*
Salazarismo e cultura popular (1933-58)
- 127 *Maria João Vaz*
Crime e sociedade. Portugal na segunda metade do século XIX
- 137 *Adelaide Ginga Tchen*
A aventura surrealista. Da explosão à extinção de um movimento (ou não)
- 145 *Telmo Faria*
Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-1941)
- 153 *Arnaldo Pata*
Revolução e cidadania. Organização, funcionamento e ideologia da Guarda Nacional (1820-39)
- 159 *Bruno Reis*
Salazar e o Vaticano, da paz ao conflito? As relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé, 1928-1968
- 169 *Elisa Travessa*
Jaime Cortesão: política, história e cidadania (1884-1940)
- 177 *Rita Carvalho*
A Assembleia Nacional no pós-guerra (1945-1949)
- 179 *Daniel Melo*
A Leitura Pública no Portugal contemporâneo (1926-1987)
- 191 *Filipa Lowndes Vicente*
Viagens e exposições – D. Pedro V na Europa do século XIX
- 201 *Patrícia Matos*
As “Côres” do império. Representações raciais no contexto do “Império colonial português” nas primeiras décadas do Estado Novo

- 209 *Sandra Costa*
O divórcio no Porto (1911-1934): “e aos costumes disse nada”
- 217 *José António Ribeiro de Carvalho*
Os jesuítas nas vésperas da I República: o “Novo Mensageiro do Coração de Jesus” (1881-1910)
- 231 *José Neves*
Comunismo e nacionalismo em Portugal: política, cultura e história no Século XX
- 239 *Fernando Tavares Pimenta*
Angola: os brancos e a independência
- 245 *Bruno Marçal*
Governo de Pimenta de Castro – um general no labirinto da I República
- 263 *Miguel Cardina*
Margem de certa maneira. O maoísmo em Portugal: 1964-1974
- 273 BIOGRAFIA
Victor de Sá: um Homem na História, por *Henrique Barreto Nunes*
- 307 BIBLIOGRAFIA
Bibliografia de Victor de Sá, por *Manuela Barreto Nunes*
- 333 FUNDO MECENÁTICO

INTERVENÇÕES

PORTUGAL E O *PLANO MARSHALL*

FERNANDA ROLLO

Prémio de História Contemporânea – 1994*

É para mim uma grande honra e motivo de satisfação estar na Reitoria da Universidade do Minho nesta cerimónia organizada para a entrega do Prémio de História Contemporânea, instituído pelo Prof. Doutor Victor de Sá, a que concorri com um trabalho sobre *Portugal* e o *Plano Marshall* que, basicamente, constitui a minha dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Por isso quero, desde já, expressar o meu profundo agradecimento à Universidade do Minho e aos seus responsáveis e agradecer a benevolência do júri constituído pelos Professores João Medina (da Universidade de Lisboa), Gaspar Martins Pereira (Universidade do Porto) e José Viriato Capela (desta Universidade do Minho) que assim vieram valorizar extraordinariamente este meu trabalho de investigação – e fazer-me sentir extremamente orgulhosa.

De resto, e conhecendo todos nós as dificuldades de que se reveste a investigação científica em Portugal, nomeadamente no domínio das ciências sociais, este prémio, e o que ele significa, constitui um poderoso incentivo para continuar.

Farei o possível para, ao longo do tempo, prosseguir na mesma via, dignificando este prémio que me atribuíram.

E, se me permitem que aqui assumo a representação de todos aqueles que, da minha geração, têm procurado – na medida das suas

* O discurso de apresentação da obra premiada foi publicado originalmente em *Forum*, Braga, 15/16 (Jan.-Jul. 1994), p. 163-168.

possibilidades – renovar a historiografia portuguesa contemporânea, gostaria de englobar no meu agradecimento toda essa pequena comunidade científica de jovens historiadores quer oriundos da minha Faculdade quer os de muitas outras escolas espalhadas pelo nosso País.

Quanto ao meu trabalho, procurei com ele abordar o estudo do processo negocial que conduziu ao desenvolvimento de Portugal, de certa forma a contragosto, no ambicioso processo de reconstrução europeia cuja proposta original estava contida no histórico discurso do Secretário de Estado dos EUA, George Marshall, proferido em Harvard a 5 de Junho de 1947.

Como aliás afirmo logo na Introdução deste meu trabalho, procurei mostrar como aquele processo negocial permitiu deslocar o nosso País para a área dos grandes debates internacionais iniciados no pós-Guerra e como Portugal a partir desse primeiro passo, e apesar do estatuto de neutralidade que adoptou durante a Guerra, se conseguiu integrar nos movimentos de cooperação protagonizados pelos países da Europa Ocidental alcançando um estatuto até certo ponto privilegiado no concerto dos países aliados vencedores da Guerra.

Foi com este pano de fundo, e tentando explorar um tema praticamente virgem na historiografia portuguesa, que, após dois anos de trabalho e uma longa estadia em França e nos Estados Unidos, consultando arquivos e procurando documentação complementar daquela entretanto recolhida nos nossos arquivos, pude realizar este trabalho e chegar ao que considero serem as principais conclusões da minha investigação.

Em primeiro lugar, Portugal beneficiou do *Plano Marshall*. E, o encontro de Portugal com o *Plano Marshall* foi bem menos discreto e bem mais profundo do que o que poderia ser sugerido pela maioria da documentação portuguesa, a qual, porventura, introduziu a convicção generalizada, mas errónea, de que o nosso país passou de certa forma ao lado da proposta americana de auxílio à Europa, tendo esta constituído para nós uma espécie de epifenómeno sem grande relevância. Não é verdade...

Assim, a principal conclusão deste trabalho, no quadro do objecto definido e do âmbito cronológico demarcado pode tradu-

zir-se no seguinte. Entre Setembro de 1947 e Setembro de 1948, o Governo português efectuou o que consideramos ser uma das mais importantes (e agora evidente) inversões de política externa levada a cabo durante a vigência do Estado Novo, alterando no espaço de um ano a sua posição face ao auxílio financeiro Marshall. Dito por outras palavras: o *Plano Marshall* foi o elemento causador de uma das mais significativas alterações da política externa portuguesa conduzida pelos governos de Oliveira Salazar.

Na realidade, a despeito de durante um curto período as autoridades portuguesas terem manifestado a sua compreensão e o seu apoio à iniciativa americana, o Governo português, pela voz autorizada do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, rejeitou o auxílio proposto pelos EUA, utilizando no encerramento da 1ª Conferência de Paris, a expressão enfática de quem não tem dúvidas e pretende encerrar definitivamente o assunto: *As felizes condições internas de Portugal permitem-me declarar que o meu País não precisa da ajuda financeira externa*¹.

Até aí, todas as negociações foram encaminhadas no sentido dessa rejeição: só Caeiro da Matta (então Ministro dos Negócios Estrangeiros) e alguns diplomatas integrados nas estruturas da futura OECE, encaravam sem grande convicção, é certo, a hipótese contrária.

É a fase em que os princípios, as convicções políticas e ideológicas postos em confronto com as novas realidades se sobrepõem claramente a estas últimas. De resto, todos os elementos parecem convergir para esta solução.

A avaliação que é feita da situação económica nacional é optimista; o Governo tinha aprovado recentemente o lançamento de um processo de industrialização; por este lado parecia poder dispensar-se qualquer compromisso que envolvesse formas mais ou menos sofisticadas de dependência externa.

¹ Costa Leite, Ministro das Finanças, é ainda mais incisivo. Recorde-se que um parecer seu constituiu o elemento peremptório que contribuiu para a decisão portuguesa. Dizia então: "se orientarmos devidamente o nosso comércio externo, não careceremos de créditos em dólares, e não julgo que interesse ao País, em face da América do Norte quer da própria Europa, enfileirar, sem necessidade, no número dos 'famintos do dólar'".

No plano da política externa, também a rejeição parecia conseguir manter incólumes os grandes princípios ou pilares pelos quais a diplomacia de O. Salazar se regia: o atlantismo, o privilegiar das relações com a Espanha e o Brasil, a defesa do Império colonial, a que se deve acrescentar neste período do pós-Guerra uma desconfiança de fundo quanto aos objectivos prosseguidos pelos americanos e sobre as formas para que se encaminhava a cooperação europeia.

Na altura, estiveram presentes outros dois elementos, de certa maneira marginais, mas que também fizeram parte desta “estratégia de rejeição”: a forma como se valorizou a importância estratégica dos Açores e as contrapartidas que daí se podiam vir a receber, e o “ouro alemão”, do qual as autoridades portuguesas não queriam ver-se despojadas.

Tudo se conjugava para o acerto do não, ou melhor para a adopção de uma posição ambígua de adesão condicional que permitisse ao país estar presente no desenrolar dos acontecimentos sem se comprometer demasiado.

No fundo, o Governo Português, sem querer pôr em causa o carácter particular do seu pensamento em matéria de política, não deixou de demonstrar uma certa ansiedade por ser aceite e integrado nos complexos movimentos de ajustamento e reconstrução desencadeados de ambos os lados do Atlântico no fim das hostilidades, como colaborador activo e útil da reconstrução europeia. Tendo, é certo, sempre em vista o cumprimento de alguns objectivos de carácter económico, procurou não deixar escapar a oportunidade para valorizar a sua posição internacional e assim poder granjear um crédito que lhe faltava, sobretudo após lhe ter sido recusada a admissão na ONU em 1946.

O último semestre de 1948 marca a viragem neste caminho que parecia tão solidamente traçado e tão logicamente escorado. Sob a pressão da crise que se mantinha desde 1947, e não obstante o ceticismo em relação às soluções internacionalmente encontradas, os princípios ideológicos e o voluntarismo de que dera mostras durante os anos difíceis do pós-Guerra o Governo acaba por ceder e inverter a sua posição. Afinal acabaram por prevalecer os factores económicos e financeiros e tanto bastou para que as autoridades portuguesas tenham passado da posição inicial de rejeição da ajuda para outra,

radicalmente oposta, que caracterizamos como de “corrida” ao auxílio financeiro americano.

Procurando sistematizar em termos conclusivos alguns aspectos que estiveram na origem da inversão da posição das autoridades portuguesas, diremos o seguinte:

- durante os anos que se seguiram ao fim do conflito foi sistematicamente subestimada a deterioração da situação económica e cambial portuguesa, que o Governo tentou em vão controlar;
- sobreavaliou-se a capacidade produtiva portuguesa e, sobretudo, pensou-se que o processo de industrialização lançado recentemente daria resultados visíveis e utilmente aproveitáveis (por exemplo no reforço das exportações portuguesas) mais do que seria realista esperar;
- menosprezaram-se os efeitos que a crise europeia (e internacional) de 1947 havia de ter em Portugal, e sobretudo, os efeitos que os acontecimentos e os mecanismos resultantes das tentativas feitas para a sua recuperação não deixariam de ter no nosso País no quadro já estabelecido das interdependências europeias;
- subestimaram-se os efeitos positivos (e por contraposição empolaram-se os negativos) que a concretização do *Economic Recovery Program* (nome oficial do *Plano Marshall*) poderia ter sob a nossa economia; as autoridades portuguesas só tardiamente tomaram consciência deste facto apesar de algumas vozes dispersas não deixarem de para isso insistentemente alertarem;
- finalmente, assinalou-se que as autoridades portuguesas procuraram, até aos limites da sua capacidade negocial, evitar recorrer aos créditos Marshall: recorde-se aqui, e a propósito, os episódios desenvolvidos em torno da transferência dos créditos portugueses existentes sobre a Grã-Bretanha e os esforços que foram feitos para os transferir, num quadro de bilateralismo, para os EUA.

Então, esgotados todos os recursos “económicos” e negociais, Portugal muda pragmaticamente de atitude. Aos argumento-conclusões acima aduzidos ainda podem acrescentar-se:

- a clarificação e bipolarização da conjuntura internacional criando um ambiente menos carregado de suspeitas e de ambiguidades;
- a progressiva inserção de Portugal no seio da Comunidade Internacional e a integração de muitos dos seus mais reputados técnicos em organismos que serviam de suporte a essa Comunidade;
- a flexibilidade da estrutura montada em torno do *Plano Marshall*: a criação da delegação da ECA junto da Embaixada americana de cada país membro facilitou em muito as negociações, permitiu desbloquear impasses e frequentemente encontrar soluções que iam ao encontro da especificidade própria de cada um desses países.

Em último lugar, e à maneira de complemento, poder-se-á afirmar que durante todo este duro e complexo processo negociai, para a diplomacia portuguesa o balanço que pode ser feito, tendo em conta o enquadramento da época, é positivo; tendo sido capaz de transigir quando foi necessário, conseguiu manter incólumes os pilares em que continuou a fundamentar-se a política externa portuguesa do Estado Novo. Isto é, o Governo português ficou com as mãos livres para continuar a gerir o binómio autarcia – (passando a trabalhar um “projecto português” onde se encontrariam associadas as grandes colónias africanas, o Brasil, e eventualmente a Espanha) – cooperação (a partir da constituição da OECE, Portugal nunca mais abandonou as instituições de cooperação europeia de que aliás foi em muitos casos fundador).

Feita esta breve intervenção, gostaria apenas de dizer que par-tilho não só a satisfação mas também o mérito de receber o Prémio de História Contemporânea, instituído pelo Prof. Doutor Victor de Sá, com que foi galardoado o meu trabalho com o meu marido, José Maria Brandão de Brito e, com aqueles a quem ele é dedicado: Em memória de meu Pai e à minha Mãe.